



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 24ª (VIGÉSIMA QUARTA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 14 (*catorze*) dias do mês de outubro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 8h 30min. (*oito horas e trinta e cinco*), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 24ª (*vigésima quarta*) Sessão Ordinária Virtual da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco José de Oliveira Silva. Presentes à Sessão os Conselheiros Henrique José Leal Jereissati, Maria Elineide Silva e Souza, Leilson Oliveira Cunha, José Alexandre Goiana de Andrade, Wander Araújo de Magalhães Uchôa e Jucileide Maria Silva Nogueira. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Ubiratan Ferreira de Andrade. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, foi aprovada a Ata da sessão anterior. Em seguida, passando à **ORDEM DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/2638/2018 – Auto de Infração: 1/201804497. Recorrente: COMERCIAL MAB LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO JOSÉ ALEXANDRE GOIANA DE ANDRADE. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação a alegação de decadência relativa aos meses de janeiro a março de 2013, com base no art. 150, §4º, do CTN** – Foi afastada por unanimidade de votos, considerando que se aplica ao presente caso, a norma do art. 173, inciso I, do CTN. **2. Quanto a preliminar de nulidade suscitada em razão da aplicação retroativa de penalidade mais gravosa** – Foi afastada por unanimidade de votos, tendo em vista que a já existia, à época da ocorrência dos fatos geradores, penalidade para a infração com mesmo percentual de multa a ser aplicado sobre o valor da operação. **3. Com relação a alegação de caráter confiscatório da multa aplicada** – Foi afastada por unanimidade de votos, com base no art. 48 da Lei nº 15.614/2014. **4. Na sequência**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve converter o curso do julgamento do processo em realização de **perícia**, para que se atenda aos seguintes quesitos: **1.** Realizar Junção dos produtos de idêntica descrição com códigos diferentes que constam na planilha de juntada aos autos, os quais apresentam tanto omissão de entrada como omissão de saída e que tenham mesma unidade de quantidade, levando em consideração toda a descrição da mercadoria; **2.** Realizar Junção dos produtos de idêntica descrição com códigos diferentes que constam no Relatório Totalizador do CD anexado aos autos, os quais apresentam tanto omissão de entrada como omissão de saída e que tenham mesma unidade de quantidade, levando em consideração toda a descrição da mercadoria; **3.** Intimar a recorrente para apresentar, com provas documentais, pedidos de junção em situações semelhantes previstas no item 2; **4.** Analisar a pertinência dos pedidos de junções apresentados com fins de atendimento ao

previsto no inciso 2 e em caso negativo desconsiderá-los; **5.** Intimar a recorrente a indicar assistente de perícia; **6.** Prestar outras informações, esclarecimentos pertinentes à perícia requerida. Tudo nos termos do Despacho para a Célula de Perícias Fiscais e Diligências, a ser elaborado pelo Conselheiro Relator. O Relator do processo, Dr. José Alexandre Goiana de Andrade concordou com a realização de perícia, mas apresentou divergência no sentido de discordar da junção somente nos itens que tenham concomitantemente omissão de entradas e omissão de saídas, devendo entrar na junção todos os itens que tenham a mesma nomenclatura ou descrição de produto. Decisão de acordo com a manifestação oral, em sessão, do representante da Procuradoria Geral do Estado. Estiveram presentes para sustentação oral, os representantes legais da Recorrente, Dr. Felipe Macedo e Dr. Rafael Ribeiro Monteiro Cruz. **Processo de Recurso nº 1/2639/2018 – Auto de Infração: 1/201804498. Recorrente: COMERCIAL MAB LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO LEILSON OLIVEIRA CUNHA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação a alegação de decadência relativa aos meses de janeiro a março de 2013, com base no art. 150, §4º, do CTN** – Foi afastada por unanimidade de votos, considerando que se aplica ao presente caso, a norma do art. 173, inciso I, do CTN. **2. Quanto a preliminar de nulidade suscitada em razão da aplicação retroativa de penalidade mais gravosa** – Foi afastada por unanimidade de votos, tendo em vista que a já existia, à época da ocorrência dos fatos geradores, penalidade para a infração com mesmo percentual de multa a ser aplicado sobre o valor da operação. **3. Com relação a alegação de caráter confiscatória da multa aplicada** – Foi afastada por unanimidade de votos, com base no art. 48 da Lei nº 15.614/2014. **4. Na sequência,** por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve converter o curso do julgamento do processo em realização de **perícia**, para que se atenda aos seguintes quesitos: **1.** Realizar Junção dos produtos de idêntica descrição com códigos diferentes que constam na planilha de fls. 39 a 47, os quais apresentam tanto omissão de entrada como omissão de saída e que tenham mesma unidade de quantidade, levando em consideração toda a descrição da mercadoria; **2.** Realizar Junção dos produtos de idêntica descrição com códigos diferentes que constam no Relatório Totalizador do CD anexado aos autos, os quais apresentam tanto omissão de entrada como omissão de saída e que tenham mesma unidade de quantidade, levando em consideração toda a descrição da mercadoria; **3.** Intimar a recorrente para apresentar, com provas documentais, pedidos de junção em situações semelhantes previstas no item 2; **4.** Analisar a pertinência dos pedidos de junções apresentados com fins de atendimento ao previsto no inciso 2 e em caso negativo desconsiderá-los; **5.** Intimar a recorrente a indicar assistente de perícia; **6.** Prestar outras informações, esclarecimentos pertinentes à perícia requerida. Tudo nos termos do Despacho para a Célula de Perícias Fiscais e Diligências, a ser elaborado pelo Conselheiro Relator. O Conselheiro José Alexandre Goiana de Andrade concordou com a realização de perícia, mas apresentou divergência no sentido de discordar da junção somente nos itens que tenham concomitantemente omissão de entradas e omissão de saídas, devendo entrar na junção todos os itens que tenham a mesma nomenclatura ou descrição de produto. Decisão de acordo com a manifestação oral, em sessão, do representante da Procuradoria Geral do Estado. Estiveram presentes para sustentação oral, os representantes legais da Recorrente, Dr. Felipe Macedo e Dr. Rafael Ribeiro Monteiro Cruz. **Processo de Recurso nº 1/2640/2018 – Auto de Infração: 1/201804500. Recorrente: COMERCIAL MAB LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO WANDER ARAÚJO DE MAGALHÃES UCHÔA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação a alegação de decadência relativa aos meses de janeiro a março de 2013, com base no art. 150, §4º, do CTN** – Foi afastada por unanimidade de votos, considerando que se aplica ao presente caso, a norma do art. 173, inciso I, do CTN. **2. Quanto a preliminar de nulidade suscitada em razão da aplicação retroativa de penalidade mais gravosa** – Foi afastada por unanimidade de votos, tendo em vista que a já

existia, à época da ocorrência dos fatos geradores, penalidade para a infração com mesmo percentual de multa a ser aplicado sobre o valor da operação. **3. Com relação a alegação de caráter confiscatório da multa aplicada** – Foi afastada por unanimidade de votos, com base no art. 48 da Lei nº 15.614/2014. **4. Na sequência**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve converter o curso do julgamento do processo em realização de **perícia**, para que se atenda aos seguintes quesitos: **1.** Realizar Junção dos produtos de idêntica descrição com códigos diferentes que constam na planilha anexada aos autos, os quais apresentam tanto omissão de entrada como omissão de saída e que tenham mesma unidade de quantidade, levando em consideração toda a descrição da mercadoria; **2.** Realizar Junção dos produtos de idêntica descrição com códigos diferentes que constam no Relatório Totalizador do CD anexado aos autos, os quais apresentam tanto omissão de entrada como omissão de saída e que tenham mesma unidade de quantidade, levando em consideração toda a descrição da mercadoria; **3.** Intimar a recorrente para apresentar, com provas documentais, pedidos de junção em situações semelhantes previstas no item 2; **4.** Analisar a pertinência dos pedidos de junções apresentados com fins de atendimento ao previsto no inciso 2 e em caso negativo desconsiderá-los; **5.** Intimar a recorrente a indicar assistente de perícia; **6.** Prestar outras informações, esclarecimentos pertinentes à perícia requerida. Tudo nos termos do Despacho para a Célula de Perícias Fiscais e Diligências, a ser elaborado pelo Conselheiro Relator. O Conselheiro José Alexandre Goiana de Andrade concordou com a realização de perícia, mas apresentou divergência no sentido de discordar da junção somente nos itens que tenham concomitantemente omissão de entradas e omissão de saídas, devendo entrar na junção todos os itens que tenham a mesma nomenclatura ou descrição de produto. Decisão de acordo com a manifestação oral, em sessão, do representante da Procuradoria Geral do Estado. Estiveram presentes para sustentação oral, os representantes legais da Recorrente, Dr. Felipe Macedo e Dr. Rafael Ribeiro Monteiro Cruz. **Processo de Recurso nº 1/2642/2018 – Auto de Infração: 1/201804503. Recorrente: COMERCIAL MAB LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO JOSÉ ALEXANDRE GOIANA DE ANDRADE. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do CRT visando a instrução processual, resolve conceder à Recorrente prazo de 10 (dez) dias úteis, para apresentação do sped fiscal relativo a de janeiro de 2016, no qual constam, conforme alegado pela parte, a escrituração das notas fiscais objeto da autuação. Decisão de acordo com a manifestação oral, em sessão, do representante da Procuradoria Geral do Estado. Estiveram presentes para sustentação oral, os representantes legais da Recorrente, Dr. Felipe Macedo e Dr. Rafael Ribeiro Monteiro Cruz. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 15 de outubro do corrente ano, às 8h30min. (*oito horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pela Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco José de Oliveira Silva
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA